

VII Seminário FESPSP - “Juventude, trabalho e profissão: desafios para o futuro no tempo presente”.

28 de outubro a 1 de novembro de 2019

GT 09 - Pensamento Social Brasileiro

“O pior cego é aquele que só vê a bola”: os cartolas da CBF e a confusão público-privado no Brasil

Breno Carlos da Silva (FCLAr / UNESP)

Resumo: Este trabalho objetiva elaborar uma interpretação sociológica sobre os agentes políticos, os valores sociais e as formas de sociabilidade que permeiam a sociedade brasileira, tendo como estudo de caso análises acerca da CBF (Confederação Brasileira de Futebol) e seus dirigentes. A pesquisa visa problematizar a atuação e interesses dos “*cartolas*”¹ da CBF (dirigentes do futebol), enquanto instituição privada, assim como compreender os princípios que orientaram o “*modus operandi*” desses dirigentes no controle de um bem público nacional, o futebol brasileiro.

Palavras-chave: Cultura, Política, Futebol, Público e Privado

A proposta desse trabalho consiste em compreender os valores sociais, as relações de poder e as formas de sociabilidade que orientam a formação e desenvolvimento de instituições assim como as práticas dos atores sociais e grupos políticos que detém poderes decisórios no interior da sociedade brasileira. Para tanto, faremos um estudo de caso sobre a CBF (Confederação Brasileira de Futebol).

¹ Chamam-se ‘*cartolas*’ os responsáveis pelos times e pela organização dos torneios de futebol no Brasil, uma vez que constituem a classe dirigente das entidades que comandam o futebol nacional. Figuras polêmicas, até hoje representam a esfera financeira e política do esporte, sendo quase sempre acusados de explorar os jogadores e ganhar fortunas com o futebol. O termo vem da imagem dos endinheirados donos de clubes que assistiam aos jogos sempre com a cabeça coberta por cartolas, parte fina e elegante do figurino masculino no início do século XX no Brasil.

Uma das questões centrais dessa pesquisa consiste em pensar os valores da cultura política brasileira por meio de um componente visceral de nossa sociedade, ou seja, o futebol. Contudo não se trata apenas de pensar o futebol em si, mas abordar os elementos que constituem o futebol brasileiro ao longo de sua existência, como uma espécie de metonímia da sociedade nacional, ou seja, entender o todo por meio de uma de suas partes integrantes.

Assim por meio de problemáticas que constituem o universo do futebol nacional analisarei os atores políticos e dirigentes, as instituições que atuam nesse campo, os interesses econômicos e práticas administrativas, as políticas públicas e intervenções estatais no setor além de implicações sociais, como os escândalos de corrupção, e compreender os valores que movem as práticas da cultura política do país, com destaque à notória confusão público-privado e seus desdobramentos em nossa sociedade. Afinal, como afirma o ensaísta e professor José Miguel Wisnik em seu livro *Veneno Remédio: o futebol e o Brasil* (2008):

Aliás, passam pelo futebol brasileiro linhas incontornáveis das interpretações do Brasil, que se irradiam pela música, literatura e pelas formas de sociabilidade. É possível discutir, como se faz Gumbrecht, se o futebol expressa ou não o modo de ser de um país europeu. Mas no Brasil a questão se coloca de maneira oposta: para o bem e para o mal, uma das mais reconhecíveis maneiras pelas quais o país se fez ser foi o futebol. (WISNIK, 2008. p.28)

Ancorado na perspectiva de Wisnick (2008. p.86), que propõe ser “(...) quase um lugar-comum antropológico dizer-se que o futebol é um “fato social total”, lançando-se da expressão de Marcel Mauss” procurarei demonstrar como a partir do futebol, suas implicações políticas e presença marcante na cultura brasileira, podemos compreender outros elementos que constituem nossa formação social e política nacional. Ou seja, como afirma Mauss no célebre “Ensaio sobre a dádiva” (1925) um “fato social total” é uma atividade que possui encadeamentos em toda sociedade, nos âmbitos políticos, econômicos, morais, jurídicos e religiosos. Dessa maneira diversas categorias da vida social e psicológica que edificam uma sociedade e, por conseguinte, sua cultura são engendradas de forma conjunta sendo, portanto, inter-relacionadas, ou seja, um “fato social total” pode ser pensado como um evento que possui uma dimensão global numa determinada sociedade.

Destarte o universo sócio-político que compõe o futebol brasileiro, em seu desenvolvimento histórico no interior da sociedade brasileira, propicia problematizar, para que possamos compreender, como os princípios integrantes da cultura política nacional, como o patrimonialismo e o “*ethos*” social da cordialidade, foram e são operacionalizados em ações políticas, benefícios econômicos e práticas institucionais em favor de um grupo oligárquico de “*cartolas*”² (dirigentes do futebol) da CBF (Confederação Brasileira de Futebol) que se apropriaram de um *fato social total brasileiro*: o futebol.

Assim sendo, ao abordar como a confusão público-privado no Brasil foi percebida, analisada e aplicada pelos estudos sociológicos se evidencia uma problemática desenvolvida por uma extensa literatura no campo das ciências sociais, sendo esse um dos pilares das interpretações sociológicas sobre a formação e desenvolvimento de nossa sociedade.

No bojo das interpretações sociológicas acerca dos efeitos nocivos da confusão público-privado na sociedade brasileira - como as práticas políticas clientelísticas, os conchavos, as relações personalistas, o nepotismo enquanto elementos constituintes da cultura política nacional – encontramos certa tensão no que tange ao conceito de patrimonialismo de base weberiana. Tal contenda se dá, sobretudo, entre concepções tradicionais, de Raymundo Faoro (FAORO,2012) e Sérgio Buarque de Holanda (HOLANDA,1995), e concepções mais recentes como as de Luiz Werneck Vianna (VIANNA,1999), Carlos Eduardo Sell (SELL,2016) e Jessé de Souza (SOUZA, 2015; 2017).

A perspectiva de Raymundo Faoro propõe que o patrimonialismo consiste na apropriação do patrimônio público por parte uma classe dirigente que, ao ocupar órgãos estatais, operam como se esses fossem suas propriedades particulares, corroendo com tais práticas os interesses públicos, uma vez que operam como uma “*elite estatal*” que parasita a sociedade. Faoro menciona, a partir de uma concepção

² Chamam-se ‘*cartolas*’ os responsáveis pelos times e pela organização dos torneios de futebol no Brasil, uma vez que constituem a classe dirigente das entidades que comandam o futebol nacional. Figuras polêmicas, até hoje representam a esfera financeira e política do esporte, sendo quase sempre acusados de explorar os jogadores e ganhar fortunas com o futebol. O termo vem da imagem dos endinheirados donos de clubes que assistiam aos jogos sempre com a cabeça coberta por cartolas, parte fina e elegante do figurino masculino no início do século XX no Brasil.

liberal, que nos falta a presença de agentes privados que atuem de forma livre na busca de seus interesses na sociedade civil, para além das entranhas e estruturas do Estado.

Porém nas duas últimas décadas novas abordagens emergiram no campo de estudos das ciências sociais brasileiras questionando e problematizando essa aplicação do patrimonialismo como instrumento conceitual para interpretar a nossa realidade social. À vista disso, as interpretações propostas por Luiz Werneck Viana (VIANNA,1999), Carlos Eduardo Sell (SELL, 2016) e Jessé de Souza (SOUZA,2015;2017) se empenharam em alargar a reflexão e aplicações dessa categoria conceitual para adensar a compreensão da sociedade brasileira a partir desse instrumental teórico-conceitual.

Para esses autores, a despeito de suas nuances, um dos efeitos da abordagem de Faoro foi pensar que o patrimonialismo se desenvolveu de forma nociva a partir do setor público-estatal e sua classe dirigente - em seus termos os *donos do poder* - por conseguinte, não vislumbrava, em seu entendimento, as relações inerentes a atuação de agentes da sociedade civil e entidades privadas nesse imbróglio, ou seja, como se tais esferas e seus agentes fossem uma espécie de *reino das virtudes e eficiência*.

Assim diante dessa problemática teórica-conceitual proponho uma hipótese na qual a atuação dos *cartolas da CBF* na gestão política e institucional do futebol brasileiro, ao longo de seu desenvolvimento histórico, nos permite ampliar a compreensão dessa confusão público-privado expressa no patrimonialismo, uma vez que revela como os agentes de uma entidade privada se apropriaram de um bem público nacional, o futebol brasileiro, para benefícios privados de um grupo oligárquico que comandou, e de certo modo, ainda comanda, a grande paixão esportiva nacional.

Melhor dizendo, trata se de compreender como os *cartolas da CBF* estabeleceram, a partir de uma entidade privada, relações políticas e institucionais orientadas por princípios personalistas, afetivos e particularistas que, foram difundidos por diversas instâncias do poder público da sociedade brasileira, fundamentando tais práticas por um “princípio”: *prejuízos públicos, benefícios privados*.

Logo, o trabalho pretende demonstrar que a concepção de Faoro não permite abordar todas as nuances do patrimonialismo na sociedade brasileira, assim como os questionamentos propostos por Luiz Werneck Vianna, Jessé de Souza e Carlo E. Sell, evidenciam um equívoco e, ao mesmo tempo, uma lacuna no que tange a compreensão do patrimonialismo para além da exclusiva atuação da classe dirigente estatal. Minha tese postula que tais querelas podem ser contempladas pela compreensão da atuação política-institucional dos *cartolas da CBF* e seus desdobramentos na cultura política nacional.

No âmago das relações políticas que envolveram a criação e o desenvolvimento do futebol no Brasil encontramos o papel exercido por duas grandes instituições, a CBD (Confederação Brasileira de Desportos) e a CBF (Confederação Brasileira de Futebol) e seus respectivos “*cartolas*” (dirigentes de federações e clubes de futebol).

A criação da CBD ocorre em 1914, com o nome de “Federação Brasileira de Esportes” (FBE). Depois de alguns embates envolvendo paulistas e cariocas, em 21 de junho de 1916, foi oficializada a criação da CBD. Entretanto, durante o Estado Novo de Getúlio Vargas, ocorreu uma intervenção do Estado no campo dos esportes que veio a tornar a CBD uma instituição subordinada ao poder público.³

Contudo, meados dos 1950 têm início um processo de reconfiguração da identidade da CBD assim como de seus dirigentes capitaneado por João Havelange, que ficaria conhecido como o “*cartola dos cartolas*”. Nesse momento pairava entre os cartolas da CBD uma sensação de necessidade de buscar um equilíbrio entre princípios administrativos eficientes e as características singulares do modo de ser e de jogar futebol do brasileiro - o “*bailado mulato*” como afirmava Gilberto Freyre (FREYRE, 1967) - entendidos até então como incompatíveis. À época se entendia que um dos vetores de nossas derrotas nas Copas do Mundo frente a seleções

³Esse processo ocorre oficialmente por meio de dois decretos: o Decreto-Lei 1.156 de 19 de janeiro de 1939 que criou a Comissão Nacional de Esportes (CNE), composta por cinco membros indicados diretamente pelo presidente da República, cuja atribuição central era a responsabilidade de elaborar um plano geral para a regulamentação da gestão das atividades desportivas no Brasil, condição que foi ampliada pela criação do Decreto-Lei 3.1999 de 14 de abril de 1941 que garantiu o controle estatal sobre a gestão desportiva no Brasil. Tais medidas evidenciavam a notória disposição do regime “estadonovista” de ampliar seu modelo de comando centralizado e disciplinador para o esporte. (SARMENTO, 2006, p.67-69)

consideradas mais coesas, emocionalmente equilibradas e organizadas, tanto dentro como fora de campo, se referia justamente à nossa desorganização.

Dessa maneira, tornava se imperativo para os cartolas da CBD a época adequar o futebol brasileiro aos princípios de gestão e valores institucionais dos grandes centros europeus de futebol, numa perspectiva que vislumbrava a integração ao *processo civilizador* que o “futebol moderno” constituía e, simultaneamente, expressava, ou seja, “(...) *era necessário aliar a arte singular do jogo da bola no pé aos princípios organizacionais do Association Football*”.⁴ (SARMENTO, 2006. p.101)

Sob o comando de João Havelange, de fato, o futebol brasileiro atingiria um novo patamar em termos de organização, com vitórias seguidas em campeonatos mundiais (1958 e 1962), a despeito da derrota em 1966. A Copa de 1970 consagraria esse modelo.

Logo após as conquistas do tricampeonato mundial de futebol, a CBD e Havelange galgaram muito prestígio tanto no âmbito político interno, que a época se encontrava subordinado à militares, quanto externamente, em especial, devido ao trânsito de Havelange entre os cartolas de outras federações e confederações de futebol pelo mundo afora. O corolário desse processo ocorreu em 1974, quando Havelange foi eleito presidente da Fifa (Federação Internacional de Futebol Associado), entidade máxima do futebol mundial, vencendo nas eleições o legendário cartola inglês Stanley Rous, com um amplo apoio de federações nacionais de futebol de menor prestígio no cenário mundial, mas que detinham posições estratégicas no jogo de forças do processo decisório da Fifa, com destaque para as federações de países africanos e asiáticos.

Havelange alegando incompatibilidade de funções pelos cargos que exercia, além de sofrer pressões políticas do regime militar, que segundo Sarmento (2016) ele era patrulhado por agentes do SNI (Serviço Nacional de Informação), afastou-se

⁴ Para vencer era necessário organizar-se, programar-se estrategicamente e curar mazelas físicas, morais e psicológicas. Só assim se poderia pavimentar o caminho para a conquista mundial. Encontramos embutida nesse discurso uma clara proposta civilizatória, que procurava incorporar à representação simbólica da nacionalidade um conjunto de elementos então associados à modernidade e ao progresso. Nesse sentido, a seleção brasileira de futebol enviada à Suécia poderia servir de parâmetro para a sociedade brasileira. (SARMENTO, 2006. p.101)

da CBD, depois de 17 anos à frente da entidade, e o posto de dirigente máximo da entidade foi entregue ao almirante Heleno de Barros de Nunes, um homem do regime militar e ex-líder da ARENA (Aliança Renovadora Nacional)

Em sua gestão, ocorreram grandes mudanças na gestão do futebol brasileiro com destaque para a Lei 6.251 de 8 de outubro de 1975, aprovada pelo congresso que estabeleceu novas diretrizes e marcos regulatórios para a atividades desportivas no país, além de fortalecer a CNE e a CBD, ou seja, as esferas de poder do Estado no setor. Cabe mencionar que tal medida alterou os princípios que orientavam o processo eleitoral da CBD tornando o mais centralizado, uma vez que determinou o voto unitário das federações e confederações em detrimento do poder decisório e participativo dos clubes e agremiações esportivas.

Em 1979, a CBD vivenciou uma grande transformação institucional que já havia sido esboçada por Havelange um pouco antes de sua saída do comando da instituição e que, por conseguinte, atendia a uma exigência estipulada pela FIFA (a época sob o comando de Havelange). Através de um decreto, ficaria estabelecido que as entidades nacionais ligadas ao esporte deveriam ter dedicação exclusiva ao desenvolvimento do futebol.⁵

Desse modo, a partir dessa exigência da entidade máxima do futebol internacional e visando um fortalecimento das modalidades amadoras, foi iniciado um processo de desmembramento de algumas modalidades esportivas por meio de criações de entidades (federações e confederações) especializadas como estipulava o Decreto-Lei 3.199 de 1973. Tais medidas, por força de lei, necessitavam ser aprovadas pelo Ministério da Educação e Cultura, a época sob o comando de Eduardo Portela. O almirante Heleno Nunes com apoio de Portela adotou medidas, como reuniões e articulações políticas, que viabilizaram a saída gradual das modalidades amadoras do controle da CBD, acarretando uma significativa transformação institucional na entidade: a criação da CBF (Confederação Brasileira de Futebol)⁶.

⁵ <https://www.cbf.com.br/a-cbf/institucional/index/a-cbf/> acesso em 04/08/2018

⁶ “Completando o processo, em assembleia geral extraordinária realizada em 24 de setembro, foi deliberada a extinção das atividades da CBD e aprovado o estatuto da Confederação Brasileira de Futebol. Submetido à aprovação do CND, o documento foi homologado pelo Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais na Faculdade de Ciências e Letras – UNESP/Araraquara.
E-mail: brenaiss@gmail.com

Contudo, devido as mudanças no cenário político nacional – o início do processo de reabertura democrática iniciado no governo de Ernesto Geisel e concluído no governo de João Figueiredo – que clamava por justiça e democracia assim como se exigia mudanças no comando das instituições nacionais ocupadas por militares ou vinculadas a ditadura. Dessa forma, ocorrem profundas mudanças nas normas da instituição devido a pressões realizadas por grupos políticos que reconfiguravam, mesmo que de forma embrionária, as correlações de forças na sociedade brasileira, inclusive os grandes times de futebol brasileiro que pleiteavam ampliar sua participação nos processos decisórios da CBF, houve uma eleição que levou o empresário Giulite Coutinho, vinculado ao clube América F. C. do Rio de Janeiro, a presidência da CBF em janeiro de 1980.

A gestão de Coutinho procurou se fiar em duas metas principais: ampliar o marketing internacional do futebol brasileiro e reorganizar o calendário do futebol nacional. Nesse bojo teve início uma ampla comercialização de produtos vinculados à CBF e à seleção brasileira como meio de angariar fundos para a entidade. Além disso, iniciou-se negociações com emissoras de televisão para a transmissão de jogos dos campeonatos de futebol organizados e/ou vinculados à CBF. Dessa maneira, a CBF adota uma política de licenciamento que estabelecia padronizações de sua marca e produtos do mesmo modo que firmava contratos com diversas empresas que visavam explorá-los comercialmente. Contudo, a gestão de Coutinho foi marcada por problemas políticos e previdenciários envolvendo os grandes clubes do futebol brasileiro.

Diante desse cenário, em janeiro de 1989, o empresário Ricardo Teixeira, genro de João Havelange, é eleito presidente da CBF, inaugurando uma “*nova fase na entidade*”.⁷ Das medidas adotadas nos primeiros movimentos de Teixeira a frente da CBF, uma teve uma condição de destaque: o um atendimento de uma

ministro da Educação e Cultura, publicado no *Diário Oficial da União* e, finalmente, inscrito no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas no dia 23 de novembro de 1979. A partir dessa data, a CBF começou a existir oficialmente, sucedendo à CBD”. (SARMENTO, 2006, p.149)

⁷ Apesar de seu grupo político de apoio ter alguns elementos de contato com o de Otávio Pinto Guimarães, Teixeira representava uma proposta de renovação da estrutura e dos métodos em vigor na Confederação, principalmente por ser um dirigente que não apresentava vínculos com as antigas práticas políticas que regiam a entidade. (SARMENTO, 2006, p.161)

reivindicação dos grandes clubes do futebol brasileiro, ou seja, a redefinição do modelo de negociações dos contratos de televisão para a transmissão dos principais campeonatos, além de um novo plano de comercialização e marketing dos produtos e marcas da CBF.

Os *cartolas da CBF*, na gestão de Teixeira, aproveitaram se desse momento político de implantação de uma nova ordem constitucional para estabelecer um conjunto de conciliações com as forças e grupos de poder do futebol brasileiro, garantindo assim certa estabilidade, para implantar um plano de “*modernização administrativa*” que contou com consultorias e convênios com a Fundação Getúlio Vargas para otimizar sistema de gerenciamentos de registros, transferências e fontes de dados. Porém o grande símbolo dessa modernização foi a construção, e conseqüentemente, a transferência da sede da entidade para um robusto e moderno edifício na Barra da Tijuca no Rio de Janeiro concluída em 2014.

Todavia, cabe salientar que uma problemática viria abalar a “lua de mel” dos *cartolas da CBF* no futebol brasileiro: os escândalos de corrupção que envolviam o futebol mundial conhecido como “*Fifagate*”, deflagrado em maio de 2015, que levou a revelações comprovadas de um amplo esquema de corrupção que envolvia os cartolas da entidade máxima do futebol mundial e dezenas de outros cartolas de entidades nacionais de futebol, como a CBF.

É relevante destacar que, nesse íterim, os três últimos presidentes da CBF, a saber, Ricardo Teixeira, José Maria Marin e Marco Polo Del Nero, são implicados de forma umbilical e notória nesses escândalos, sendo que um deles está preso desde meados de 2015, em Nova York (Marin), respondendo a processos por lavagem de dinheiro, fraude e organização criminosa, enquanto os outros dois não podem sair do Brasil, por receio de serem presos, pelas mesmas acusações atribuídas a Marin, e deportados para os Estado Unidos, sede das investigações sobre o “*Fifagate*” coordenadas pelo FBI (Federal Bureau Investigation) e pelo Departamento de Justiça do Estados Unidos.

O escândalo do “*Fifagate*” revelou como durante décadas funcionava um amplo esquema de corrupção comandado por alguns “*cartolas*” do futebol internacional (os dirigentes da Fifa), que operava a partir das relações políticas e institucionais que a Fifa possuía com governos de quase todos os países do mundo,

articuladas com grupos empresariais internacionais vinculados a dirigentes de diversas confederações internacionais e federações nacionais de futebol. Esse *modus operandi* corrupto dos cartolas da Fifa sequestrou o esporte mais popular do planeta, privatizando de forma ilegal e corrupta, os lucros gerados pelo futebol mundial.

Envolvidos de forma direta nesse amplo esquema de propinas, lavagem de dinheiro, sonegações fiscais e organizações criminosas montado pelos *cartolas da Fifa* e seus “parceiros” estavam grandes nomes da *cartolagem* nacional. Do mesmo modo, com esse esquema ficava evidente o *modus operandi* de embaralhar, de forma cínica e ardilosa, os interesses privados com as questões públicas para privatizar lucros e socializar perdas, tanto no campo político como na esfera econômica, num evidente caso de prevalência do particularismo privatista que sequestra e corrompe os bens e interesses públicos.

Denúncias realizadas pelo ministério público da Suíça e dos Estados Unidos descobriram o envolvimento Havelange, Teixeira, Marin e Del Nero, a nata da *cartolagem da CBF* nas últimas décadas, nos esquemas do “*Fifagate*”, uma vez que foram acusados de receberem propinas de empresas privadas internacionais para facilitarem contratos de direitos de transmissão televisa de grandes torneios internacionais de futebol, além de venderem seus votos em escolhas de sedes da Copa do Mundo de futebol desde meados da década de 1990.

De acordo com as conclusões da justiça suíça os cartolas brasileiros, Havelange e Teixeira, cometeram inúmeros crimes, dentre os quais enriquecimento ilícito e significativos prejuízos econômicos e financeiros para a Fifa.

Todavia um destaque desse processo emergiu de forma curiosa e extremamente relevante para o cerne de nossa pesquisa: os argumentos utilizados pelos advogados dos cartolas brasileiros e da Fifa publicados no documento oficial da Corte suíça, no qual alegavam que não havia problemas nos atos comprovadamente corruptos de seus cartolas, uma vez que a *maioria da população* de países da América do Sul e da África tem nos subornos e propinas parte de sua “renda normal”:

“Os representantes legais da Fifa são de opinião, ainda, de que implementar a devolução do dinheiro seria quase impossível. Eles justificam isso, *inter alia* (termo usado no meio jurídico para

designar “entre outras coisas”) com o argumento de que uma queixa da Fifa na América do Sul ou da África dificilmente seria aplicada, pois pagamentos e subornos pertencem ao salário recorrente da maioria da população”. (CHADE, 2015, p.79)

Em outras palavras, os argumentos da defesa dos *cartolas* corruptos defendem a tese de que a cultura brasileira é, ao mesmo tempo, permissiva e constituída por práticas de suborno e propinas que, no limite, expressam a problemática que envolve as confusões público-privadas de nossas instituições e classes dirigentes, visto que são fundamentadas em relações pessoais, clientelismo, conchavos e sequestro dos interesses públicos por grupos privados. Essa imagem que a entidade possui em relação a cultura política nacional é tão arraigada que foi oficialmente empregada até mesmo diante da justiça suíça.

Nesse sentido as relações históricas dos *cartolas da CBF*, como Havelange, Marin, Teixeira e Del Nero, com o patronato político nacional, tanto em épocas democráticas como nos períodos ditatoriais, são demonstrações de que, apesar de se apresentar como uma entidade privada em sua gênese e atualidade e, a despeito de períodos que esteve sob a tutela do estado brasileiro, as articulações políticas da entidade e de seus dirigentes junto a partidos políticos e grupos empresariais são notórias.

A entidade nas últimas décadas financiou campanhas eleitorais de deputados federais, como pode ser observado e constatado nas declarações oficiais da justiça eleitoral de doações da CBF para alguns parlamentares nos últimos anos (CHADE, 2015), visando a defesa e representação de seus interesses no Congresso Nacional. Tais condições articuladas com o fato de muitos presidentes de clubes e federações estaduais terem sido eleitos deputados federais nas últimas três décadas propiciaram a formação da denominada “*Bancada da Bola*”.

Segundo o jornalista Jamil Chade (CHADE, 2015) um levantamento feito pelo deputado Silvio Torres do PSDB e por outros congressistas afirmou que a CBF doou 12,5 milhões de reais a federações e políticos entre 1998 a 2000. Com tais práticas, os *cartolas* da CBF conseguiram, via “*Bancada da Bola*”, evitar pautas e projetos de lei no Congresso Nacional que complicassem a sua situação, assim como conseguiram bloquear investigações que pudessem implicar a própria instituição.

Essa articulação política entre parlamentares e oligarcas da CBF nos auxilia na compreensão das razões que explicam porquê as Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs), instauradas no Congresso desde o final da década de 1990 para investigar denúncias que comprometiam importantes *cartolas da CBF*, pouco fizeram de concreto, como indiciamentos e prisões dos implicados, apesar de fartas denúncias.

Outros fatos recentes a serem destacados nas articulações políticas dos *cartolas da CBF* junto aos poderes decisórios da República Brasileira que evidenciam atropelos impostos ao interesse público nacional assim como a falta de transparência dos processos oficiais de tais decisões consistem nas medidas adotadas pelo governo federal durante a campanha, organização e realização da Copa do Mundo de futebol no Brasil em 2014.

Desde os primeiros passos da campanha brasileira em prol de se tornar sede do mundial de 2014, os *cartolas da CBF* professavam de forma sincronizada e uníssona junto as autoridades do governo federal a época uma espécie de mantra: “*A Copa não terá dinheiro público*”. Porém, como hoje é notório, a Copa de 2014 foi financiada com muito investimento público de todas as instâncias dos poderes da República brasileira, sendo que do total de 28 bilhões de reais gastos na organização do evento, conforme dados oficiais, 8 bilhões de reais vieram de recursos públicos.

Esse “financiamento” traduziu-se nos empréstimos do BNDES, para a construção de estádios como grandes empreiteiras; nas isenções fiscais para a FIFA e seus parceiros comerciais; na construção de obras de infraestrutura exigidas pela FIFA, além da aprovação da Lei nº12.663 de 5 de junho de 2012⁸, conhecida como “*Lei Geral da Copa*”, que, além de solapar exigências e normas constitucionais vigentes no território nacional, acabou por isentar a entidade máxima do futebol de qualquer responsabilidade, financeira, econômica e/ou política de um eventual fracasso do evento.⁹

⁸ http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12663.htm acesso em 06/08/2018.

⁹ “O princípio do novo regulamento era relativamente simples: o Brasil caberia toda a responsabilidade – financeira, médica e segurança – sobre os funcionários da Fifa, parceiros comerciais e seleções; à Fifa caberia todo o lucro, em contratos totalmente blindados” (CHADE, 2015, p. 249)

Dessa forma, podemos afirmar que tais medidas expressam como essas articulações políticas produziram uma situação de *lucros privados e prejuízos públicos*, ou seja, evidenciando, uma vez mais, a problemática proposta nessa pesquisa, isto é, como os *cartolas da CBF* se apropriaram de forma privatista ao longo do tempo, via relações políticas e esquemas de corrupção, da maior paixão esportiva brasileira: o futebol nacional.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E METODOLOGIA

Diante da proposta apresentada nesse trabalho, ou seja, compreender os valores sociais e relações de poder que movem o desenvolvimento de instituições e atores políticos no futebol brasileiro, me embaso em autores, teorias e conceitos diversos do campo das Ciências Sociais, com intuito de elaborar um arcabouço teórico, amplo e consistente, para pensar a complexidade inerente a problemática, com vistas a alargar os fundamentos teóricos que orientam esse projeto.

Dessa maneira a abordagem se pauta em interpretações e teorias de autores que trataram essas questões, como a formação e desenvolvimento do caráter nacional brasileiro, de forma ampla e diversificada, como a cordialidade em Sérgio Buarque de Holanda e suas contribuições para abordarmos a confusão público-privado na realidade social brasileira (HOLANDA, 1995), Raymundo Faoro e o patrimonialismo no Brasil (FAORO, 2012), assim como as percepções e discussões mais contemporâneas acerca das aplicações teóricas do patrimonialismo na compreensão da sociedade brasileira fundamentadas nas reflexões de Luiz Werneck Vianna (VIANNA, 1999), Jessé de Souza (SOUZA, 2015; 2017) e Carlos Eduardo Sell (SELL, 2016), ademais a relação proposta por Gilberto Freyre que abarca como o caráter singular do povo brasileiro foi corporificado no universo do futebol. (FREYRE, 1967).

Objetivando uma sustentação teórica mais ampla para fundamentar as hipóteses, problemáticas e a tese central dessa pesquisa utilizo conceitos e autores que permitem pensar e compreender o futebol como parte integrante de processos

sociais e políticos de maiores dimensões. Para tal intuito abordo as categorias conceituais do “*processo civilizador*”, a “*esportização dos passatempos*” além das reflexões sobre a sociologia do futebol na obra do sociólogo alemão Norbert Elias (ELIAS, 1939).

Nesse sentido a pesquisa aborda as origens e expansão do “*futebol moderno*” como mais um elemento do “*processo civilizador*” no Ocidente segundo a perspectiva adotada por Norbert Elias e Eric Dunning na obra *Busca por Excitação: Esporte e Lazer no Processo Civilizador* (1986), com destaque ao conceito eliasiano de “*esportização dos passatempos*”. Ou seja, como a organização da “*Association Football*” na Inglaterra em 1863, considerada o marco inicial das regras fundantes do que convencionalmente é denominado de “*futebol moderno*”, expressou mais um elemento de longo e complexo desenvolvimento de normatizações e uniformizações de práticas de lazer fundamentadas num processo de “*disciplinarização*” de comportamentos individuais e valores coletivos, cuja a expansão do “*futebol moderno*” pelo mundo, a partir de sua origem inglesa no final do século XIX, nos permite pensa-lo como um componente extremamente relevante nesse “*processo civilizador*” na perspectiva eliasiana.

Para ampliar as bases teóricas dessa pesquisa me pauto nos conceitos de *campo* e *habitus* em Pierre Bourdieu (BOURDIEU, 1989). O conceito de *campo* na obra de Bourdieu é empregado para que possamos compreender de forma mais acurada as complexas relações sociais que compõem os mais diversos elementos de uma sociedade moderna (BOURDIEU, 2004). Em sua perspectiva, as sociedades modernas são compostas por microcosmos sociais articulados (campos) que, apesar de possuírem lógicas internas singulares e autônomas, também constituem estruturas e, portanto, estão implicados a espaços sociais de maiores dimensões.

Assim sendo, Bourdieu propõe que cada *campo* determina uma forma específica de *Habitus* em seu interior, ou seja, nos termos do sociólogo francês essa categoria expressa “*estruturas estruturadas que funcionam como estruturas estruturantes*”, uma vez que podemos pensar esse conceito bourdieuniano como um *sistema de predisposições incorporadas* pelos agentes que atuam, tanto no interior de cada campo estruturando novas práticas e incorporando ações e valores que já

estão estruturados na singularidade desse campo, como nas relações estabelecidas entre os diversos campos que configuram uma sociedade.

Tais categorias bourdieunianas propiciam sustentáculos teóricos para que possamos abordar de forma mais consistente os *habitus* dos *cartolas da CBF*, tanto no campo singular que constitui o futebol brasileiro como no âmbito das relações políticas e valores que integram diversos setores da sociedade brasileira e do futebol internacional.

Outras partes integrantes do arcabouço teórico desse trabalho consistem nas abordagens da sociologia do esporte em autores como Eric Dunning na obra *Sociologia do Esporte e os Processos Civilizatórios* (DUNNING, 2014) e o livro *Sociologia do Esporte: Dimensões históricas e socioculturais do esporte das multidões*, do sociólogo britânico Richard Giulianotti (GIULIANOTTI, 2010). Ampliando as bases teóricas dessa pesquisa utilizaremos as interpretações de José Miguel Wisnick no ensaio *Veneno Remédio: o Futebol e o Brasil* (WISNICK, 2008), as reflexões e análises acerca da criação e desenvolvimento das instituições que comandam o futebol brasileiro, a CBD e a CBF na obra *A regra do Jogo: Uma História Institucional da CBF* do historiador Carlos Eduardo Sarmiento (SARMENTO, 2006).

Ademais a pesquisa possui como referenciais históricos sobre as origens e desenvolvimento do futebol, tanto em termos gerais como no contexto da sociedade brasileira, autores e obras como dos historiadores Hilário Franco Júnior e seu livro *A Dança dos Deuses: futebol, sociedade e cultura* (FRANCO, 2007) e Joel Rufino dos Santos e sua obra *História Política do Futebol Brasileiro* (SANTOS, 1981) além de célebres ensaios que versam sobre o assunto como *A Pátria de Chuteiras* de Nelson Rodrigues, (RODRIGUES, 2013) e *O Negro no Futebol Brasileiro* de Mário Filho (FILHO, 2013).

A metodologia empregada na pesquisa consiste na leitura qualitativa dos textos e obras que se encontram na bibliografia levantada sobre o tema, além dos que poderão servir como fontes de reflexão sobre a problemática abordada na pesquisa. Tendo como fundamento a articulação de um arcabouço teórico amplo e diversificado para dar conta da complexidade que o objeto dessa pesquisa exige.

A dimensão empírica da pesquisa consiste nos dados e documentos oficiais apresentados e indicados em livros que investigaram os escândalos de corrupção que envolvem o futebol brasileiro e mundial nas últimas décadas, tendo como principais alvos a CBF e a Fifa e seus cartolas.

Nesse sentido me alicerço em obras como *Política, Propina e Futebol: como o padrão FIFA ameaça o esporte mais popular do planeta* (CHADE,2015) do renomado jornalista investigativo brasileiro Jamil Chade assim como o livro *CBF-NIKE: as investigações da CPI do futebol* (REBELO & TORRES,2001) dos autores Aldo Rebelo e Silvio Torres. À época ambos eram deputados federais e foram, respectivamente, presidente e relator da CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) vigente entre 1999 a 2001, criada para investigar as acusações de crimes que recaiam sobre cartolas da CBF, em especial, o presidente a época da entidade, Ricardo Teixeira.

Outra obra que serve de suporte de dados e informações documentais é o livro *Um olho na bola, outro no cartola: o crime organizado no futebol brasileiro* (FARIA, 2017) do Romário de Souza Faria, ex-jogador de futebol e senador que presidiu a CPI do futebol instaurada no Congresso Nacional entre 2015-2016, e o livro *O Delator – A história de J. Hawilla o corruptor devorado pela corrupção no futebol* (ABREU & PETROCILO, 2018) dos jornalistas Alan de Abreu e Carlos Petrocilo. Cabe salientar que essas obras indicam e demonstram fontes documentais oficiais de diversos poderes públicos, nacionais e internacionais, que implicaram vários cartolas do futebol em suas investigações e inquéritos. Dessa forma, tais fontes fornecem uma fundamentação empírica para as análises e interpretações elaboradas nessa pesquisa.

Outras fontes de dados que a pesquisa tenciona empregar consistem nas análises dos relatórios finais das Comissões Parlamentares de Inquérito (CPI), supracitadas, que investigaram as suspeitas e acusações de crimes que envolviam os cartolas do futebol brasileiro. Assim sendo um dos objetivos da pesquisa é compreender e analisar as consequências dessas investigações e seus desdobramentos sobre o cenário político nacional assim como no campo político e social que compõe o futebol brasileiro.

REFERÊNCIAS

- ABREU, A. de & e PETROCIOLO, C. **O Delator – A história de J. Hawilla o corruptor devorado pela corrupção no futebol**. Rio de Janeiro. Editora Record. 2018
- BARRETO, T. V. **Gilberto Freyre e o futebol-arte**, Revista USP, São Paulo, n. 62, pp. 233-8, jun./ago. 2004.
- BELLOS, A. **Futebol: o Brasil em campo**. Tradução: de Jorge Viveiros de Castro, Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2003
- BOLLE, W. (org) & GUMBRECHT, H. U. & AGUIAR, F. & MEDINA A. & WISNIK, J. M. **Estética do futebol: Brasil vs Alemanha**. In: *Pandemonium Germanicum* (Revista de Estudos Germânicos), São Paulo, Departamento de Letras Modernas FFLCH/USP, n°2, pp.67-104, 1998.
- CATANI, A.M. & NOGUEIRA, M. A. & HEY, A. P. & MEDEIROS, C. C. C. (Orgs). **Vocabulário Bourdie**. 1º Edição. Belo Horizonte: Autêntica Editora. 2017.
- CHADE, J. **Política, Propina e Futebol: como o “padrão FIFA” ameaça o esporte mais popular do planeta**. 1º Edição. Rio de Janeiro: Objetiva, 2015.
- BOURDIEU, P. **A gênese dos conceitos de habitus e de campo**. In: BOURDIEU, P. O poder simbólico. Lisboa: Difel, 1989. p. 59-73.
- _____. **Algumas propriedades dos campos**. In: BOURDIEU, P. Questões de sociologia. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983. p. 89-94.
- _____. **Programa para uma sociologia do esporte**. IN: BOURDIEU. P. Coisas Ditas. São Paulo: Brasiliense; 1990. P.207-220.
- CAMPOS, F. & ALLFONSI, D. (orgs). **Futebol Objeto das Ciências Humanas**. 1º Edição. São Paulo: Leya, 2014.
- DAMATTA, R. **Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro**. Rio de Janeiro: Rocco, 1979.
- _____. **Esporte na sociedade: um ensaio sobre o futebol brasileiro**. In: DAMATTA, Roberto & FLORES, Luis Felipe Baêta Neves & GUEDES, Simoni Lahud &
- _____. **A bola corre mais que os homens: duas copas, treze crônicas e três ensaios sobre o futebol**. Rio de Janeiro: Rocco, 2006.
- DUNNING, E. (Org.). **Sociologia do Esporte e os Processos Civilizatórios**. 1ª edição São Paulo: Annablume, 2014
- DOUGLAS, M. **Como as Instituições Pensam**. tradução Carlos Eugênio Marcondes de Moura). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.
- ELIAS, N. **O processo civilizador: uma história dos costumes**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994. vol.01
- _____. **O processo civilizador: formação do estado e civilização**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.vol.02

- _____ & DUNNING, E. **A Busca da Excitação**. Tradução: de Maria Manuela de Almeida e Silva, Lisboa: Difel, 1992.
- FARIA, R. **Um olho na bola e outro no cartola: o crime organizado no futebol brasileiro**. 1ª Edição. São Paulo: Planeta, 2017.
- FAORO, R. **Os Donos do Poder: formação do patronato político brasileiro**. Prefácio Gabriel Cohn. 5ª Edição. São Paulo: Globo. 2012.
- FILHO, H.A.A. **Estado e Atraso Econômico no Brasil – uma abordagem a partir das teorias de Douglass North e Raymundo Faoro**. *História Econômica & História de Empresas* XIII. 2 (2010), 5-23.
- FILHO, M. **O Negro no Futebol Brasileiro**. Rio de Janeiro. Mauad, 2003.
- FLUSSER, V. In: BERNARDO, G. (org). **Fenomenologia do brasileiro: em busca do novo homem**. Rio de Janeiro: UERJ.1998.
- FRANCO, M. S. C. **Homens livres na ordem escravocrata**. São Paulo, Editora Unesp. 1997.
- FREYRE, G. **Sociologia**. Rio de Janeiro, José Olympio, 1967. Vol. 2.
- GIGANTE, L.C. **Iberismo e Plasticidade: uma aventura disciplinadora de racionalização adaptativa no mundo**. *Perspectivas*, São Paulo, v. 34, p. 129 - 148, jul./dez. 2008.
- GIULIANOTTI, R. **Sociologia do Futebol: dimensões históricas e sociológicas do esporte das multidões**. Tradução: Wanda Nogueira Caldeira Brant e Marcelo Nunes. São Paulo: Nova Alexandria, 2002.
- GUMBRECHT, H. U. **Comunidades imaginadas**. Folha de São Paulo. Mais!, 4 de junho de 2006.
- JENNINGS, A. **Jogo Sujo: o mundo secreto da FIFA**. São Paulo: Panda Books, 2011.
- JÚNIOR, H. F. **A Dança dos Deuses: futebol, sociedade e cultura**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- HOBBSAWM, E. **As nações e o nacionalismo no novo século**". In: *Globalização, democracia e terrorismo*. Tradução de José Viegas Filho. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- HOLLANDA, S. B. de. **Raízes do Brasil**. 26ª Edição. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- HOLLANDA, B. B. B. de. **O descobrimento do futebol: modernismo, regionalismo e paixão esportiva em José Lins do Rego**. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 2004.
- MAUSS, M. **Ensaio sobre a dádiva**. In: MAUSS, M. *Sociologia e antropologia*. Rio de Janeiro: Cosac & Naify, 2003. p. 183-314.
- NORTH, Douglas. **Instituições, Mudança Institucional e Desempenho Econômico**. Tradução: Alexandre Morales. São Paulo: Três Estrelas, 2018.
- OLIVEIRA, R. C. **Introdução a uma leitura de Mauss**. In: OLIVEIRA, R. C. (Org.). *Marcel Mauss*. São Paulo, Ática, 1979. p. 7-50.

- REBELO, A. & TORRES, S. **CBF-NIKE: as investigações da CPI do futebol**. São Paulo: Casa Amarela, 2011.
- RODRIGUES, N. **A pátria de chuteiras**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2013.
- SALDANHA, J. **Subterrâneos do Futebol**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1980.
- SANTOS, J. R. **História Política do Futebol Brasileiro**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.
- SARMENTO, C. E. **A regra do jogo: uma história institucional da CBF**. Coordenação Adelina Maria Novaes Cruz, Carlos Eduardo Sarmento e Juliana Lage Rodrigues; Texto Carlos Eduardo Sarmento. Rio de Janeiro: CPDOC, 2006.
- SCHWARZ, R. **Ao vencedor as batatas**. São Paulo: Duas Cidades. 1992
- SEBRELI, J. J. **La era del fútbol**. Buenos Aires: Sudamericana, 1998.
- SELL, C. E. **As Duas Teorias do Patrimonialismo em Max Weber**. In: X Congresso da ABCP (Associação Brasileira de Ciência Política) Belo Horizonte. 2016.
- _____. **Max Weber e a Racionalização da Vida**. Petrópolis, Vozes, 2013
- SILVA, M. R. **Mil e uma noites de futebol: O Brasil de Mário Filho**. Belo Horizonte: UFMG, 2006.
- SOUZA, J. J. F. **A tolice da inteligência brasileira - ou como o País se deixa manipular pela elite**. São Paulo: Ed. Leya, 2015.
- _____. **A Elite do Atraso: da escravidão a Lava Jato**. Rio de Janeiro: Leya, 2017.
- _____. **A Reflexividade metodológica de Pierre Bourdieu como modelo heurístico para leitura do esporte no Brasil: potencialidade e contribuições**. IN: MARCHI JÚNIOR, W. (org). **Ensaio em sociologia do esporte**. São Paulo: Factash; 2011. P.29-53.
- SOUSA, J. & ALMEIDA, B. S. & MARCHIN JÚNIOR, W. **Por uma reconstrução teórica do futebol a partir do referencial sociológico de Pierre Bourdieu**. Revista Brasileira de Educação Física Esporte, São Paulo, 2014. Abr-Jun; 28(2): 221-232.
- VERDÚ, V. **El fútbol: mitos, ritos y símbolos**. Madri: Alianza Editorial, 1980.
- WERNECK VIANNA, L. J. **Weber e a Interpretação do Brasil**. Novos Estudos CEBRAP, pp.1-15.1999.
- WISNICK, J. M. **Veneno Remédio: O futebol e o Brasil**. 1º Edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.